

Portugal é dos **poucos** países da UE que continuam a registar uma **quebra** anual de natalidade. Os **salários** são **baixos**, os apoios insuficientes e a carga fiscal elevada, penalizando sobretudo as famílias da **classe média**. Os partidos políticos desa-

fiam o Governo a apresentar **medidas**, o que só acontecerá depois de uma "avaliação" do estado das coisas. O PCP quer melhores **condições laborais** e um subsídio de maternidade para quem não trabalha. PSD e CDS/PP querem **reduzir impostos**.

DN-Pedro Saraiva



ACIMA DA MÉDIA. Madalena, o marido e os três filhos só fogem à regra por serem tantos, o dobro do habitual no País. Dificuldades também duplicam

na educação) e os mais ricos (mais recursos).

Madalena confessa que os filhos, de 21, 14 e nove anos de idade, surgiram sem equações prévias. "Se tivesse pensado muito, só teria um", reconhece. Progrediu na carreira, trabalha nas edições da Universidade Aberta e o orçamento familiar ronda os 2200 euros mensais, mas o marido trabalha por conta própria em ourivesaria e não tem subsídios de Natal ou de férias. Recebem 76 euros de abono familiar e o filho mais velho, que está no ensino superior, ainda não sabe o valor da bolsa. Se esta família residisse na Dinamarca, Bélgica ou França, tudo seria bem diferente (ver páginas seguintes).

"As políticas da família só começaram a existir em Portugal a partir de 1997, com os planos nacionais de emprego. E eram uma prioridade definida pela UE. A medida mais significativa foi o investimento no pré-escolar, a rede pública duplicou, cobrindo actualmente 97 a 98% da população. As licenças de paternidade/maternidade e os abonos de família representam pouco no orçamento familiar", explica Dorez Guerreiro.

Em contrapartida, as despesas são muitas e variadas, como acontece em casa de Madalena Lopes. "Não sinto diferenças entre agora e há 20 anos. Quero dar-lhes mais qualidade de vida e sempre senti muitas dificuldades. Além de que éramos três, agora somos cinco."

O filho mais novo já não foi para o ATL como os irmãos. Seriam mais 230 euros por mês e o mais velho paga 120 euros de propinas por ano. Esta factura só não é mais pesada porque estuda Contabilidade e Finanças no Politécnico de Setúbal, não paga transportes nem almoços. É o único com mesada.

Madalena sabe de cor o valor de cada despesa doméstica, a começar pelos 107 euros do passe de transportes entre Setúbal e Lisboa e os mil euros de alimentação por mês. Juntam-se-lhe a prestação da casa, telefones, água, luz, gás, gasolina, a Internet e dois canais da TV codificados, "o luxo da família", refere. E uma refeição no restaurante aos fins-de-semana. Mais nada. No último Verão, a máquina de lavar roupa avariou-se e já não foi possível fazerem a semana de férias no Algarve, o destino mais longe para onde já viajaram.

Madalena faz sete refeições por dia (jantar e almoços), com início às 7.30 da manhã e fim às 24.00. Ao fim-de-semana é a limpeza da casa, as compras e a passagem a ferro da roupa. As tarefas são divididas com o marido e, agora, o mais velho já ajuda, nomeadamente a ir buscar o mais novo à escola. Esta é a melhoria dos últimos anos. A outra foi a construção da Ponte Vasco da Gama. Demora um tempo do tempo a chegar ao trabalho.

Menos apoios e cada vez menos crianças

Quebra de natalidade em Portugal parece um caminho sem regresso. Faltam incentivos

CÉU NEVES

Madalena Lopes tem 39 anos, 22 dos quais a fazer contas ao ordenado e a correr entre a casa (Setúbal) e o trabalho (Lisboa). Funcionária pública, com um salário médio, não tem direito a subsídios extra, mas o dinheiro só chega para o essencial. O seu único *luxo* é o facto de ter três filhos, o dobro da média portuguesa. Em Portugal, o panorama é desanimador: os salários são baixos, os apoios do Estado fracos, continuando a verificar-se uma quebra de natalidade, ao con-

trário de outros países da UE, sobretudo do Norte e Centro. O Governo diz que vai avaliar a situação e só depois tomará medidas.

A família da Madalena corresponde ao perfil da classe média portuguesa traçado pela socióloga Maria das Dorez Guerreiro. É o grupo social onde se sente a maior quebra de natalidade. "Os filhos representam um grande investimento e as famílias estão absorvidas com a angariação de meios para o orçamento familiar, o que as obriga a trabalhar muito mais. Temos a maior taxa de actividade da UE de mulheres com filhos menores. A classe média não tem salários elevados, mas ultrapassa os escalões exigidos para os apoios sociais", explica.

Os agregados mais numerosos correspondem às franjas da sociedade: os mais pobres (menor controlo da natalidade e investimento

2,10

é o número de filhos por mulher em idade fértil para garantir a renovação das gerações.

1,99

A Irlanda é o país da União Europeia com o índice de fecundidade mais elevado.

1,42

filhos por mulher em Portugal em 2004. Índice subiu em 2002 e voltou a baixar a partir de 2003.

1,22

A Eslovénia é o país da UE com menos filhos por mulher em idade fértil. Os dados são de 2004.

Trabalho a tempo inteiro

► As mulheres portuguesas são as que apresentam as taxas mais elevadas de actividade a tempo inteiro. 77% das mulheres entre os 20 e os 49 anos e com filhos menores de 12 anos trabalham. Na UE, só alguns nórdicos nos suplantam, mas trabalham mais a tempo parcial.

PCP quer subsídio de maternidade

Arquivo DN-Vasco Célia



PROPOSTAS. Partidos apresentam soluções diferentes para a natalidade

O PCP quer criar um subsídio de maternidade para quem não trabalha e desconta para a segurança social e revalorizar o abono de família. Exige, ainda, o pagamento do salário a 100 % para a licença de parto de 150 dias. Os deputados do PSD e CDS/PP apostam na valorização do trabalho doméstico e nas deduções fiscais. O Bloco de Esquerda está centrado, neste momento, nas questões da saúde sexual e reprodutiva.

Aquelas são algumas preocupações dos partidos da oposição com representação na Assembleia da República. O PCP vai mesmo fazer uma proposta em breve, além de pretender introduzir melhorias na política da família no âmbito da discussão do Orçamento do Estado (OE), como todos os outros. E os dois partidos que anteriormente formaram Governo (PSD e CDS/PP) já apresentaram projectos de lei no âmbito das políticas da família.

A criação de um subsídio de maternidade/paternidade para quem não trabalha nem desconta para a Segurança Social visa garantir um mínimo de dinheiro para suportar as despesas com o nascimento de uma criança. Fernanda Mateus, da Comissão Política do PCP, diz que este tipo de apoio já existiu em Portugal, mas foi eliminado, e dá o exemplo das mães adolescentes como sendo um dos grupos mais necessitados.

Os abonos de família e os apoios estatais para dependentes, sejam ascendentes ou descendentes, é outra das prioridades dos comunistas. Mas Fernanda Mateus ressalva que o mais importante é "encontrar meios que assegurem o direito à opção livre e responsável da maternidade", o que deve ser feito no âmbito da política laboral. Para impedir, por exemplo, que as mulheres sejam despedidas ou vejam o seu contrato sem renovação

quando estão grávidas. "A questão da flexibilidade, por exemplo, teve como consequência o trabalho contínuo de 12 horas e a impossibilidade de cuidar dos filhos durante um longo período de tempo", argumenta.

Os deputados do Bloco de Esquerda apresentarão alterações no âmbito do OE, mas mais ao nível das prestações sociais, até porque é isto que está em discussão. A deputada bloquista Helena Pinto acrescenta, no entanto, que as iniciativas imediatas são ao nível da saúde sexual e reprodutiva.

PROJECTOS DE LEI. Os representantes do CDS/PP e do PSD também estão empenhados na discussão orçamental, nomeadamente Teresa Caeiro e Ana Manso, respectivamente, que se ocupam das questões da Segurança Social. Mas estes partidos já apresentaram projectos de lei este ano, o último dos quais dos sociais-democratas.

A proposta do PSD, conhecida no mês passado, defende o reconhecimento "do valor humano, social e económico do trabalho doméstico, realizado pelos membros da família, incumbindo ao Estado adoptar medidas tendentes à harmonização do regime laboral com as responsabilidades familiares e a valorização socioeconómica desse trabalho". Propõem "um regime fiscal adequado à protecção, manutenção e desenvolvimento integral da família, tendo em conta as famílias mais numerosas.

A valorização do trabalho doméstico e os incentivos fiscais são também duas das bandeiras dos centristas, cujo projecto de lei foi apresentado em Junho, além de proporem a criação de uma rede nacional de creches, ensino pré-escolar e de infra-estruturas de apoio à família. Ambos os partidos à direita do PS defendem o apoio ao associativismo e ao voluntariado.

A questão da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional é uma das preocupações do Governo, presente no seu programa, reconhecendo que os pais portugueses são dos que trabalham mais horas por dia. A "expansão e consolidação de uma rede nacional de apoios às famílias, especialmente nas zonas de maior risco de exclusão social", Defende, também, a "utilização do 5.º mês de licença de maternidade e paternidade em proporção com o tempo partilhado entre os pais e as mães nos quatro meses anteriores".

Mas o Governo ainda não concretizou as medidas. "A política da família é transversal aos vários ministérios e vamos estudar a situação ao nível do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM). Só depois serão apresentadas iniciativas", justificou ao DN a presidente da CIDM, Elza Pais.



Política da família é transversal e vamos estudar a situação no âmbito da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres"

ELZA PAIS
PRESIDENTE DA CIDM



ENTREVISTA

Fernando Castro
PRES. ASSOC. FAMÍLIAS NUMEROSAS

"Política fiscal em Portugal é ostensivamente contra a família"

Como caracteriza as políticas da família em Portugal?

São péssimas. Não existem. O último relatório da OCDE indicava Portugal como um dos piores e sublinhava que os pais portugueses passavam mais tempo fora de casa. Dizia, nomeadamente, que as famílias devem ter a oportunidade de um dos membros do casal ficar em casa sem que tal prejudique o orçamento familiar. Deve-se subsidiar directamente os pais e não as instituições.

Essa é a vossa reivindicação, a criação de um "cheque educação"?

Sim. Há um relatório que diz que o Estado gasta cinco mil euros por jovem/ano. Queremos esse dinheiro e acabe-se com o ensino gratuito. A matrícula nas escolas estatais custaria os tais cinco mil euros e as pessoas teriam possibilidade de escolher. Há escolas estatais muitíssimo boas e privadas muitíssimas más.

Os seus filhos estudam no público?

Tenho 13 filhos, entre os três e os 31 anos, sempre estiveram no ensino público. Quatro trabalham, oito estudam e apenas uma está numa universidade particular, porque não há um curso de educadora infantil no oficial. Não tenho possibilidade de os manter no particular, não tenho liberdade de escolha. E quem tem os filhos no particular está a pagar duas facturas: a da escola e a do Estado.

Qual é a principal reivindicação?

É ao nível da política fiscal, que é ostensivamente contra a família. Basta as pessoas casarem para pagarem mais impostos. Se nos divorciarmos ou separarmos, podemos deduzir 7500 euros no IRS por filho/ano em despesas, não é necessário especificar. Apresentamos queixa ao provedor de Justiça contra o Estado em Maio.

O que é que esperam deste Governo?

Os primeiros sinais são péssimos. Pela primeira vez em 22 anos não existe um Conselho Nacional de Família ou uma estrutura similar. Vão dar incentivos para a compra de computadores, em vez de "darem irmãos aos filhos". Não estamos mal no acesso à Internet, estamos péssimos na taxa de natalidade e de divórcio. Bonificamos os PPR (planos poupança-reforma), o que só beneficia o próprio. Ainda me falta muito para a reforma, mas já tenho quatro filhos a pagar pensões. Se o Governo português adoptasse as mesmas medidas que o francês,



aumentava a taxa de natalidade. Os emigrantes em França têm, em média, 2,9 filhos por mulher.

Qual deveria ser o maior incentivo?

Criar um abono de família como deve ser. O Estado deveria actualizar esse valor, que vem de 1973, como fez com as pensões e propinas. Significaria que as famílias receberiam 120 euros por filho/mês, independentemente da situação económica. E deviam repor o subsídio de nascimento.

Outra reivindicação é a alteração da forma de pagamento do consumo de água. Como está esta situação?

Há seis anos que estamos a atacar as 307 câmaras e conseguimos a adesão de 14, algumas das quais só parcialmente. Os escalões da água são em função do consumo global - quanto mais se consome, mais se paga - e nós queremos que seja em função do número de pessoas do agregado familiar.

O Governo de Durão Barroso fez um documento intitulado 100 Compromissos para a Família. O que foi feito? Nada ou quase nada, e havia um calendário para o cumprir até 2006. O documento resultou de um trabalho intenso, mas Durão Barroso foi para Bruxelas pouco tempo depois deste ser aprovado.

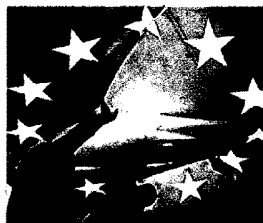
Insistem nos apoios à natalidade em vez das práticas laborais, porquê?

Em primeiro lugar, defendemos a despenalização, porque há uma política para tornar as crianças cada vez mais caras. É óbvio que a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional é importante, mas primeiro temos de ter um abono de família em condições.

Mais do que defender a família, defendem um determinado tipo de família e de determinado estrato social. Não perguntamos a classe social na inscrição e temos 4500 sócios. Claro que defendemos a família tradicional. É um direito universal da criança ter pai e mãe.

25

Últimos países a entrar na União Europeia são os que têm taxas de natalidade mais baixas.



Irlandeses têm bons abonos

Os irlandeses têm o índice de fecundidade mais elevado da UE, o que se deve mais a questões religiosas do que a apoios estatais. Mas têm abonos elevados, 118 euros mensais por duas crianças, e subsídios para gémeos e famílias monoparentais.

Adopção

A Finlândia, Suécia e Dinamarca têm um subsídio de 5000 euros para a adopção de um estrangeiro.

Apenas 40 euros separam um filho de cinco



Arquivo DN-Rodrigo Cabrita

DIFICULDADES. Portugal não tem incentivos especiais à natalidade

O aumento da licença de maternidade de 120 para 150 dias foi a medida mais recente, a nível das políticas de incentivo à maternidade, ainda durante o Governo PSD-CDS/PP - mas mais um mês corresponde a menos 20% do salário, o que suscita críticas. O escalonamento do abono de família em função dos rendimentos também não agrada, sobretudo a quem tem famílias numerosas. A diferença entre ter um ou cinco filhos pode representar apenas mais 40 euros ao fim do mês.

Aquelas medidas foram introduzidas por Bagó Félix, ministro do Trabalho e da Segurança Social de Durão Barroso, e desconhece-se o que o Governo socialista pensa fazer sobre esta matéria. O actual presidente da Comissão Europeia ainda apresentou um pacote de propostas, em Março de 2004, intitulado "100 Compromissos para Uma Política da Família", que deveriam ser cumpridos até 2006. Mas os ministros mudaram e a maioria das propostas ficaram na gaveta.

As principais reivindicações de alguns partidos e dos representantes das famílias passam, no mínimo, pela atribuição de um salário a 100% nos cinco meses de licença de parto, pelo aumento significativo dos abonos e criação de incentivos à natalidade. É que estes têm vindo a ser suprimidos, como aconteceu com o subsídio de nascimento, que acabou quando foi alterada a fórmula de atribuição do abono familiar.

O abono de família é determinado em função dos rendimentos, não sendo atribuído aos agregados

familiares com um rendimento superior a 1875 euros mensais. Este valoriza os primeiros 12 meses de idade da criança (entre 30 e 120 euros) e está distribuído por cinco escalões. O primeiro, de 120 euros mensais, durante o primeiro ano de idade do bebé; os 30 euros nos seguintes são para os orçamentos familiares inferiores a 188 euros. O último, de 30 euros, até aos 12 meses e dez nos seguintes, para quem receba menos de 1875 euros mensais. E não existem apoios para a educação, a guarda de crianças ou famílias monoparentais, ao contrário do que acontece em muitos outros países, o que pode ser comprovado pelos exemplos que o DN dá: nórdicos, Europa de Leste e vizinhos do Sul, que têm muitos emigrantes.

Mas a socióloga Maria das Dores Guerreiro sublinha que os apoios financeiros são insuficientes para promover um aumento de natalidade. "São precisas estruturas de apoio à vida familiar, de qualidade e acessíveis, e medidas que não discriminem as mulheres. É preciso fazer com que ambos os pais tenham tempo para estar com os seus filhos".

100 compromissos para Uma Política da Família, a cumprir entre 2004 e 2006, ficaram na gaveta com a ida de Durão Barroso para a Comissão Europeia

PROTECÇÃO SOCIAL

Melhores apoios traduzem-se em mais nascimentos



► **ESPAÑA**
1,32*

A licença de parto é de 16 semanas, 18 para gémeos (100% do salário). Se ambos os pais trabalham, dez podem ser em favor do pai. Subsídio de risco na gravidez de 75%. Abono de família de 24,25 euros por filho até aos 18 anos para agregados com menos de 8500 euros/ano. A partir do segundo, aumenta 15%. Subsídio de nascimento de 450 euros para o terceiro filho e seguintes.



► **ALEMANHA**
1,37*

Licença de seis semanas antes e oito depois do parto; 12 nos gémeos (100% salário). Abono mensal até aos 18 ou até aos 21, se estiver desempregado; e 27 se estudar, de 154 euros/criança até três filhos. A partir da 4.ª criança é de 179 euros.



► **REINO UNIDO**
1,74*

Licença de parto de 24 semanas. Pais adoptivos têm 7,5 semanas. Pai usufrui de duas semanas (100% do salário). Subsídio de risco de gravidez de 65% do ordenado. Abono até aos 16 anos ou 19 se estuda, 106 euros/criança, mais 71 por cada filho. Subsídio de nascimento de 741 euros e apoio para guarda da criança para famílias desfavorecidas.



► **ITALIA**
1,33*

Licença de quatro a oito semanas antes do parto e 24 depois, que podem ser usadas pelo pai (80% do salário para período obrigatório e 30% para o restante). Abono mensal até aos 18 anos. Família de quatro pessoas tem entre 250 e 39 euros, deixando de receber a partir dos 46 mil euros/ano. Subsídios de adopção e de família monoparental.



► **BÉLGICA**
1,64*

Licença de 15 semanas antes do parto e oito depois. No pré-natal, uma é obrigatória e as outras podem ser usadas depois (82% do salário bruto no primeiro mês e 75% nos seguintes). Abono até aos 18 ou 25 anos se estudar. Primeira criança tem 75 euros; duas, 137; terceira e seguintes, 205. Subsídio de nascimento de 1003 euros no 1.º filho e de 755 nos seguintes.



► **GRÉCIA**
1,29*

Licença de oito semanas antes e nove depois (100% salário). Subsídios de 735 euros para despesas de parto e de 352 para fertilização *in vitro*. Abono até 18 ou 22 (estudante) em função do agregado. Um filho recebe seis euro/mês e quatro 48, a partir deste mais oito euros. Subsídio de família monoparental, mais 3,7 euros/filho.



► **LUXEMBURGO**
1,70*

Licença de 20 semanas: oito antes e oito depois, mais quatro por amamentar (100% salário). Abono até aos 18 ou 27, se estudar. Um filho recebe 177 euros/mês; dois 420, a partir daqui é mais 345 euros/criança. Subsídios de nascimento/adopção de 1657 euros. Licença de seis meses a quem deixe de trabalhar para cuidar de menor de 5 anos, com garantia de emprego. Subsídio de educação no início do ano escolar, conforme número de filhos e idades.



► **FRANÇA**
1,90*

Licença de seis semanas antes e dez depois, 28 a partir do 3.º filho, 34 semanas nos gémeos (entre 8 e 66,3 euros/dia). Uma semana e meia para o pai. Na adopção, os pais decidem a partilha da licença. Abono até aos 20 anos em função do número de filhos, dois recebem 114 euros mensais e três já é 259. Subsídio de nascimento de 812 euros; para guarda de criança até aos 3 anos entre 153 e 356 euros; 50% do valor entre os 3 e os 6 anos. Família monoparental recebe 531 euros por nascimento e é garantido um mínimo de 177/semana.



► **DINAMARCA**
1,78*

Licença de quatro semanas antes e 14 depois. Os pais têm duas



► **SUÉCIA**
1,75*

Licença de parto acordada: sete semanas no máximo antes e 68,5 depois, sendo que 56 são pagas em função dos descontos para a segurança social (limite mínimo de 20 euros/dia). Há uma licença temporal de 17 semanas/ano até aos 12 anos. Abono até aos 16 ou limite acordado para quem estuda de 104 euros/mês. Suplemento de 28 euros para três crianças; 83 para quatro; 104 para restantes.



► **POLÓNIA**
1,23*

Licença de parto de 16 semanas para o 1.º filho, 18 para cada um dos restantes e 26 para os gémeos. (100% do salário). Abono até aos 18, ou 24 se estuda, de 9 euros/mês para o 1.º e 2.º filhos; 11 para o 3.º; 14 a partir do 4.º. Subsídios para guarda da criança de 83 euros/mês e durante 24 meses; de nascimento de 104 euros/filho e de família monoparental de 83 euros/mês para desempregados.



► **HUNGRIA**
1,28*

Licença de 14 semanas, quatro antes do parto (70% do salário bruto). Subsídio de nascimento de 207 euros ou 276 para gémeos. Abono até aos 16 anos ou 23; 19 euros para um filho; 23 para dois; 30 para três. Subsídio de educação de 92/mês, independentemente dos filhos. Creches públicas ou 92 euros/mês se criança fica em casa. Apoios extra para famílias monoparentais.

* Índice de fecundidade em 2004 (n.º de filhos por mulher em idade fértil). Acção social na UE em Maio de 2004, Eurostat.

Portugal mais velho não incentiva natalidade

**PSD e PP propõem
estímulos fiscais. PCP
quer alargar subsídio
de maternidade**

1,42
filhos por mulher
em Portugal.
Média de renovação
geracional é de 2,1

■ Na União Europeia, Portugal é um dos poucos países que continuam a registar uma quebra anual de natalidade. Os salários são baixos, os apoios insuficientes e a carga fiscal elevada, penalizando sobretudo as famílias da classe média. O Governo

diz que vai avaliar a situação, enquanto os partidos da oposição fazem propostas. O PCP quer melhores condições laborais e um subsídio de maternidade para quem trabalha. PSD e CDS propõem uma redução dos impostos. **PÁGINAS 22 A 24**